PPJC 1425/2007

Processo TC: 1294/2006

Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DA BARRA

Assunto: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO DE 2005

Submete-se a exame desta Procuradoria de Justiça junto ao Tribunal de Contas o presente feito que trata da Prestação de Contas Anual, do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório de Auditoria Ordinária referentes à gestão do Senhor Manoel Pereira da Fonseca, Prefeito Municipal no exercício de 2005.

É o relatório.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - ASPECTO TÉCNICO-CONTÁBIL

No que tange ao aspecto técnico-contábil, a Controladoria Técnica responsável emitiu Parecer de fls. 805/818 sugerindo a **irregularidade** das contas apresentadas, concluindo da seguinte forma:

“Examinada a Prestação de Contas, constante do presente processo, referente ao exercício de 2005, formalizado conforme disposições do art. 105, da Resolução TC n. 182/02.

A equipe técnica deve observar nas próximas prestações de contas o crescimento do recebimento da dívida ativa decorrente dos esforços despendidos pela municipalidade para melhorar a arrecadação.

Recomenda-se que sejam atendidos os seguintes itens:

2.6. *Contabilização da Transferência ao Legislador;*

2.14. *Registro na Prestação de Contas Anual de 2006 o cancelamento de Restos a Pagar da Câmara, referente ao exercício de 2005.*

*Diante do exposto e considerações o que preceitua a legislação pertinente sob o aspecto técnico contábil, considera-se que as demonstrações contábeis não representam adequadamente, em seus aspectos relevantes, à posição orçamentária, financeira e patrimonial da entidade, evidenciando a **Irregularidade das contas**, conforme segue:*

1.2.a. *Ausência de extratos Bancários (art. 127, inc. VII da resolução TC nº 182/2002).*

1.2.b. *Divergência na conta 21.140-0 do Banco do Brasil (art. 182/2002) – R\$ 45.801,75.*

2.1. *Déficit Orçamento (art. 48, alínea b da Lei Complementar 101/2000) – R\$ 841.094,83.*

2.11. *Divergência na Baixa do almoxarifado da Câmara (art. 85 da Lei 4.320/64) – R\$ 1.780,46.”*

DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Constatou-se a tempestividade do encaminhamento dos Relatórios a esta Corte de Contas, referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2005, e o cumprimento do percentual empregado na despesa com pessoal, não sendo, assim, necessária a emissão de parecer alerta e a formalizado processo referente à gestão fiscal.

DO RELATÓRIO DE AUDITORIA ORDINÁRIA

Da análise do Relatório de Auditoria Ordinária, Processo TC - 3005/06, foi constatada **irregularidade** nos atos de gestão sob responsabilidade do Sr. Manoel Pereira da Fonseca, conforme se vê dos autos e da Instrução Técnica Conclusiva nº 778/2007.

Em virtude das inconsistências alinhavadas à fl. 823 da referida instrução, também é sugerido que se aplique ao ordenador sanção pecuniária a ser dosada pelo Plenário e a obrigatoriedade de ressarcir ao erário no valor de R\$ 77.782,25 (setenta e sete mil, setecentos e oitenta e dois reais).

CONCLUSÃO

Em face do exposto, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, encampando a Instrução Técnica Conclusiva nº 778/2007, que passa a integrar o presente, sugere que sejam consideradas **IRREGULARES** as contas da Prefeitura Municipal de Conceição da Barra, de acordo com o art. 59, III, da Lei Complementar 32/93, sob responsabilidade do Sr. Manoel Pereira da Fonseca. Sugerindo, ainda, a este Egrégio Tribunal a emissão de Parecer Prévio à Câmara Municipal recomendando **Rejeição** das referidas contas.

Vitória, 27 de fevereiro de 2007.

JUCELIA MARCHIORI

Promotora de Justiça

Aprovo o Parecer

Em ___/___/___

CÉLIA LÚCIA VAZ DE ARAUJO

Procuradora-Chefe da

Procuradoria de Justiça de Contas em substituição

Ao Ex^{mo} Sr. Conselheiro Relator

MARCOS MIRANDA MADUREIRA

Em ___/___/___

MOZART SILVA JUNIOR

Secretário-Geral da Procuradoria